



MPRO
Ministério Público do
Estado de Rondônia
em defesa da sociedade

CENTRO DE ATIVIDADES JUDICIAIS

Ofício SEI nº 7/2024/CAEJ

Porto Velho, 06 de setembro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor Prefeito
Adailton Fúria
Prefeitura do Município de Cacoal
Palácio do Café - R. Anísio Serrão, 2100 - Centro, Cacoal - RO, 76963-804
pgmcacoal@gmail.com
gabineteadm@hotmail.com

Assunto: Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil Nº 2024.0001.003.41975

Senhor Prefeito,

Cumprimentando Vossa Excelência e considerando o compromisso assumido na reunião realizada no dia 28 de agosto de 2024, venho, por meio deste, expor e solicitar o que segue.

O Procedimento Administrativo nº 2024.0001.003.41975 foi instaurado com o objetivo de firmar composição extrajudicial com o Município de Cacoal a fim de compatibilizar os artigos 2º e 56 da Lei nº 3.620/PMC/2016 com o artigo 37 da Constituição Federal, bem como com os artigos 1º e 11 da Constituição do Estado de Rondônia.

Atualmente, a Lei nº 3.620/PMC/2016 prevê os seguintes cargos em comissão: Controlador Geral do Município de Cacoal/RO, Assessor Técnico Executivo do Sistema de Controle Interno e Assessores Técnicos de Análise Processual.

No entanto, as atribuições do cargo de Controlador Geral do Município, estabelecidas nos artigos 11, 12 e 13 da referida lei, são de natureza eminentemente técnica e operacional.

Ademais, o cargo de Assessor Técnico de Análise Processual mostra-se incompatível com o ordenamento jurídico, na medida em que permite a criação e provimento de cargo em comissão cujas atribuições não estão claramente definidas e cuja natureza não se enquadra nas funções de direção, chefia ou assessoramento. Consequentemente, se afigura inconstitucional por violação ao art. 37, II e V, da Carta Maior e art. 11, caput, da Constituição do Estado de Rondônia e ao Tema 1010 STF.

Conforme as informações transmitidas durante a reunião, especialmente pela Procuradoria do Município, foi informada a possibilidade de se promover uma inovação legislativa que atenda às prerrogativas constitucionais relativas à adequação do cargo de Assessor Técnico de Análise Processual e manifestação quanto ao cargo de Controlador-Geral.

Dessa forma, solicito que o Chefe do Poder Executivo de Cacoal adote as providências necessárias para adequar os artigos 2º e 56 da Lei nº 3.620/PMC/2016 ao artigo 37 da Constituição Federal, bem como aos artigos 1º e 11 da Constituição do Estado de Rondônia.

Por fim, requer-se que, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento desta comunicação, seja informado a este Centro de Atividades Judiciais sobre as medidas adotadas para corrigir a inconstitucionalidade discutida na reunião e sobre eventuais êxitos na alteração legislativa, além de outras informações que se façam necessárias.

Agradeço antecipadamente pela atenção dispensada.

VALÉRIA GIUMELLI CANESTRINI

Promotora de Justiça

Diretora do Centro de Atividades Judiciais



Documento assinado eletronicamente por Valéria Giumelli Canestrini, Diretora do Centro de Atividades Judiciais, em 06/09/2024, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



[...] o cargo de Assessor Técnico de Análise Processual mostra-se incompatível com o ordenamento jurídico, na medida em que permite a criação e provimento de cargo em comissão cujas atribuições não estão claramente definidas e cuja natureza não se enquadra nas funções de direção, chefia ou assessoramento. Consequentemente, se afigura inconstitucional por violação ao art. 37, II e V, da carta maior e art. 11, caput, da Constituição do estado de Rondônia e ao Tema 1010 STF.

Providências adotadas:

Esta Controladoria Geral do Município encaminhará à Câmara Municipal projeto para alteração da Lei 3.620/PMC/2016, visando constar de forma clara e objetiva as atribuições do respectivo cargo, demonstrando, por conseguinte, sua natureza de assessoramento, a saber:

- 2 min* Art. XX. Fica criado o cargo em comissão de Assessor de Análise Processual, com duas vagas, no quadro da Controladoria Geral do Município de Cacoal, de livre nomeação e exoneração do Prefeito municipal, com as seguintes atribuições:
- I – prestar assessoramento a equipe de análise processual do município em assuntos relacionados às atribuições da Controladoria Geral do Município em âmbito administrativo;
 - II – elaborar checklist que auxiliam ou assessoram as análises de processos;
 - III – cumprir determinações em procedimentos administrativos;
 - IV – realizar pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais que auxiliam ou assessoram as análises de processos;
 - V – acompanhar o andamento das orientações da Controladoria Geral do Município perante os órgãos fiscalizados;
 - VI – organizar e manter em ordem pastas, livros de registros de procedimentos em trâmite na Controladoria Geral do Município;
 - VII – expedir ofícios, memorandos e notificações;
 - VIII – executar outras tarefas correlatas.

Desta forma, será procedido o acompanhamento e monitoramento da demanda, a fim de que esteja regularizado, cumprindo, por conseguinte, o apontamento realizado.

3.1 Do Cargo de Controlador Geral do Município

Apontamento realizado:

[...] as atribuições do cargo de Controlador Geral do Município, estabelecidas nos artigos 11, 12 e 13 da referida lei, são de natureza eminentemente técnica e operacional.